

A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO VEIO DE UMA TESE? DESMONTANDO UMA FAKE NEW

Paulo Andrade Magalhães Filho - Contramestre Sem Terra¹

Têm corrido na internet algumas acusações feitas em relação ao processo de salvaguarda da capoeira, de que a mesma teria supostamente se originado de uma tese de doutorado, desconhecida para a ampla maioria dos capoeiristas. Trata-se da tese “Da capoeira: como patrimônio cultural”, defendida em 2004 na PUC-SP por Sergio Luiz de Souza Vieira. Ao buscarmos essa referência, grande foi nossa surpresa ao constatar que a referida tese não poderia ser encontrada em nenhum lugar da rede virtual, nem mesmo na biblioteca digital da universidade onde foi defendida. Considerando que hoje há um crescente mercado editorial da capoeira, é estranho que esta obra não tenha sido publicada. Sabendo que a democratização das informações por meio digital é a tônica do nosso tempo, e que a maioria das teses e dissertações desta universidade encontram-se disponíveis virtualmente, nos perguntamos: por que este trabalho ficou inacessível à comunidade capoeirista? Por que tanta publicidade em cima do seu título e segredo sobre seu conteúdo? Afinal, o que há a esconder? Tivemos acesso a este título e vamos apresentar brevemente algumas das ideias ali desenvolvidas.

O autor aplica de forma acrítica o conceito de “processo civilizador”, de Norbert Elias (1993, 1994), ao contexto brasileiro, sem mediações. Forjado a partir do estudo das sociedades europeias e suas mudanças de costumes, o conceito trata também das relações de poder. De como as cortes (ou as classes dominantes de uma forma geral) utilizaram o refinamento dos costumes, a etiqueta, para manter uma distinção social em relação às outras classes. Há um transformação progressiva em relação à moderação nos hábitos e instintos que alcançam aos poucos os outros grupos sociais. Esse foi um processo endógeno na Europa, isto é, forjado a partir de

¹ Doutorando pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura - UFBA). Contramestre de capoeira angola, membro da Associação Brasileira de Capoeira Angola e Diretor de Comunicação do Conselho Gestor da Salvaguarda da Capoeira na Bahia. E-mail: paulomagalhaes80@gmail.com

dentro, de sua própria cultura e grupos sociais. No Brasil, houve um processo exógeno de colonização que criminalizou e perseguiu práticas africanas e indígenas. Uma tentativa de “branqueamento” forçada, potencializada no eixo sul/sudeste com a imigração europeia. A proibição da capoeira, do batuque e da vadiagem representou na verdade a criminalização de todo um grupo social que era considerado uma “classe perigosa”, os africanos e seus descendentes, a maioria da população em cidades como Salvador e Rio de Janeiro.

Ora, para o autor, “o que de fato ocorreu não foi a perseguição da capoeira, mas sim de capoeiristas que dela se utilizavam para o crime” (p. 56). Em sua perspectiva, denunciar a perseguição a que a capoeira e outras práticas de matriz africana foram submetidas é uma perspectiva ingênua e romântica, já que “aqueles que dela faziam uso como um instrumento de ginástica ou até de luta regrada podiam praticá-la livremente” (p. 56). Ou seja, ele se refere aos pouquíssimos membros da classe dominante, brancos em uma sociedade escravista ou recém escravista, que quiseram transformar a capoeira em uma ginástica militar, sem a participação de nenhum verdadeiro capoeirista. Um bárbaro e violento processo de apropriação cultural. Em suas palavras, “Tamanha repressão teve como consequência o declínio das atividades marginalescas dos capoeiras no Rio de Janeiro, porém a ascensão da prática da Capoeira, entre os desportistas criando, assim, um terreno fértil para o seu reaproveitamento social” (p. 56). Pode-se perceber claramente que o autor assume a visão de mundo da classe dominante e justifica a repressão sobre a capoeira afirmando que a culpa era dos próprios capoeiristas, por serem marginais. Em sua perspectiva, a violência cometida pelo Estado teria sido até positiva porque permitiu a membros das classes dominantes se apropriarem da capoeira pela ótica desportiva.

Estas tentativas propostas “brancas e eruditas” de esportivização da capoeira, como a elas se refere Letícia Reis (1997), ficaram registradas em publicações como o “Guia do Capoeira ou Gymnastica brasileira”, de 1907. Nas palavras do livreto (misteriosamente assinado com a sigla ODC), “o capoeira é representado pelo desgraçado vagabundo, trouxa, cachaça, gatuno, faquista ou navalhista” (p.3), demonstrando claramente os preconceitos de classe que o levavam a desprezar os protagonistas daquela luta que ele se dispunha a ensinar.

O autor da tese comete outra impropriedade histórica que não se sustenta em nenhuma fonte nem trabalho acadêmico: divide a capoeira em três eixos, desportivo,

regional e angola, afirmando ser o desportivo o mais antigo e o que menos se alterou com o tempo. Em suas palavras, “A estruturação da Capoeira Angola, de Mestre Pastinha, se deu após a da Luta Regional, de Mestre Bimba, sendo ambas precedidas da Capoeira Desportiva, sua mais antiga forma organizacional” (p. 202). Segundo ele, o livro “Gymnastica Nacional (Capoeiragem) Methodisada e Regrada”, publicado em 1928 por Annibal Burlamaqui (Zuma), teria por si só dado origem a um eixo da capoeira, que teria continuidade até os dias atuais. Entretanto, esse discurso não apresenta bases sólidas nem continuidade histórica. O único grupo conhecido deste estilo foi o de Sinhozinho (Agenor Moreira Sampaio, 1891 - 1962), que praticava os golpes da capoeira sem ginga, roda nem musicalidade. Não existem grupos de capoeira desportiva. Existem grupos de capoeira, regional, contemporânea ou de estilo indefinido, que participam de federações e competições. São coisas bastante diferentes. O autor afirma que a capoeira regional foi copiada do livro de Burlamaqui: “Bimba ao apropriar-se de uma forma de Capoeira que já existia no Rio de Janeiro como “Ginástica Nacional”, e que tinha o nome de “Luta Brasileira”, alterando seu nome para “Luta Regional”, transfere à mesma alguns traços de sua própria personalidade” (p. 76).

Ao que parece, o autor tenta, através de um lugar de suposto poder que é a academia, emplacar uma versão fictícia da história para legitimar seus projetos pessoais. Ele confunde a publicação de um livro com o movimento real da história, composto de pessoas, grupos, coletividades. As tentativas de criação dessa capoeira embranquecida, desvestida de ritual, de musicalidade e de seus protagonistas (chamados pelo autor de marginais) não tiveram sucesso, não passaram de iniciativas isoladas que não tiveram continuidade. Afirmar que o Mestre Bimba, estivador negro baiano, ogan de candomblé, criado no seio da cultura, teria aprendido capoeira a partir de um livro e deturpado o legado de Burlamaqui (que legado?) é um contrasenso. Uma ideia que se sustenta nas premissas racistas de que o povo negro é incapaz de criação e elaboração por si só. Trata-se de um raciocínio similar aos que pregam uma suposta origem branca ou alienígena da sociedade que construiu as pirâmides do Egito, por não acreditar que uma sociedade negra fosse capaz de grandes realizações. Ora, é claro que semelhante tese deveria permanecer escondida da comunidade da capoeira, pela incapacidade ser sustentada publicamente. A Revista Mundo Capoeira nº. 1, de maio de 1999, trouxe uma entrevista do professor

Sérgio Vieira, à época presidente da Confederação Brasileira de Capoeira, sob o título “Nem só de Bimba é a Regional”. A ideia de que Mestre Bimba teria aprendido capoeira no Rio de Janeiro com Annibal Burlamaqui é apresentada neste texto, a partir da dissertação de mestrado do autor, “Capoeira: matriz cultural para uma educação física brasileira” (PUC-SP, 1997). Claro que a dissertação também não foi publicada nem está disponível para o público (rsrs). Esdras Magalhães dos Santos, o Mestre Damião, aluno direto do Mestre Bimba, rebateu cada ponto de argumentação desta reportagem. Mestre Bimba começou a dar aula de capoeira em 1918, elaborando a capoeira regional a partir da capoeira angola que praticava na época e do contato com outros lutadores, movimento que o levou a sagrar-se campeão das lutas de ringue no Parque Odeon, na Praça da Sé, em 1936. Homem de poucas leituras, é mais do que inverossímil acreditar que Mestre Bimba, um profundo conhecedor da capoeiragem de rua, brigador e lutador nato, aprenderia capoeira através do livro de um carioca desconhecido. Diante do texto do Mestre Damião, o autor voltou atrás em suas falas, soltando uma nota da CBC afirmando que a revista distorcera suas palavras.

A tese prossegue apresentando ideias heterodoxas e sem sustentação, afirmando que a capoeira angola está ligada ao princípio da fantasia, que “derivaria na construção de uma realidade paralela (...) cada qual se imaginando possuidor de uma supremacia sobre o outro jogador” (p. 84). Também fala de reafricanização como algo forçado, como se a capoeira antiga fosse desprovida de tradições africanas, que estariam sendo inventadas pelos atuais angoleiros. Ao falar das “estratégias de preservação cultural” dos grupos de capoeira, cita em um tópico:

Resgate da cultura negra - geralmente associado a lideranças racistas. Defendem o pressuposto de que os brancos jamais poderão aprender capoeira, quando muito apenas se exercitarem (p. 94).

A famigerada tese do “racismo reverso” transparece aqui com toda força, ao classificar como racistas as atitudes de resgate e fortalecimento da identidade negra e da matriz africana na capoeira. A atual literatura científica sobre o racismo tem reafirmado que o mesmo constitui um sistema de poder, não um conjunto de atitudes individuais. A afirmação cultural negra, como fazem os blocos afro e os grupos de capoeira da Bahia, é uma estratégia de sobrevivência, de reconstrução da autoestima da comunidade, uma ação afirmativa, e não discriminatória. O texto traz uma nova

versão de uma falácia do senso comum, a de que “os maiores racistas são os próprios negros”.

O mais curioso é que o autor tem tentado, ao longo da última década, reivindicar para a sua tese o início do processo de salvaguarda da capoeira, mas este trabalho acadêmico, que ficou escondido por tantos anos, conclui que não é possível a patrimonialização da capoeira nos moldes atuais. Ou seja, ela foi atropelada pela própria realidade em movimento. Em suas palavras,

Do ponto de vista formal-legal, a capoeira não possui condições de ser tombada como um patrimônio cultural imaterial, nacional ou internacional, exatamente por não possuir justificativas plausíveis para tal tombamento, uma vez que, sendo ideias ou fantasias, são amplos em seus saberes e fazeres, implicando, conseqüentemente, em dificuldades de tombamentos de todos os patrimônios culturais imateriais. (p. 204)

O autor ignora completamente o debate sobre patrimônio imaterial, mostrando um profundo desconhecimento da área. Em entrevista ao programa Visão Jurídica, da TV Guarulhos, afirmou que sua tese teria contribuído para um “ajuste da legislação”, uma vez que o IPHAN realizaria até então tombamento do patrimônio imaterial, mudando de perspectiva após esta pesquisa e passando a trabalhar com registro. Mas a tese foi defendida em 2004, quando já existia o Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, assim como a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Os primeiros bens registrados como patrimônio imaterial no Brasil foram em 2002, o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES) e a Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi (AP). Mesmo assim, o autor insiste em falar em tombamento, forma de proteção ligada ao patrimônio material, às edificações físicas. Bem antes do decreto, já existiam elaborações como a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular (1989), ambas realizadas em Paris. A Carta de Fortaleza, resultado do Seminário Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção (1997), já apresentava o registro como instrumento jurídico de proteção ao patrimônio imaterial. Estes documentos tratam da diversidade e variações das formas de expressão tradicional, do reconhecimento da oralidade como forma de transmissão e da necessidade de valorização dos detentores, dos antigos mestres que produzem e transmitem essa cultura. Ou seja,

tudo que o autor da tese tenta negar. Vejamos como ele prossegue sua argumentação:

Podemos considerar que há uma relação patrimonial na sistematização político-administrativa da reprodução dos saberes e fazeres que caracterizam os fundamentos, tradições e rituais da Capoeira, a qual se torna múltipla na medida em que existem atualmente milhares de grupos, conseqüentemente milhares de identidades e patrimônios culturais distintos entre si, denominados pelo mesmo nome, porém, em seu conjunto, não temos como afirmar que a Capoeira em si, é um patrimônio cultural, em virtude que também não podemos afirmar que a mesma é uma, conforme se afirmado pelo senso comum. (p. 203)

Apesar do texto um pouco confuso demandar mais de uma leitura, podemos perceber o imbróglío conceitual em que ele se embaraçou. Tentando transplantar a noção de tombamento para a capoeira, conclui que cada grupo de capoeira constitui um patrimônio diferente por existirem variações nas formas de jogar, ensinar, cantar, conduzir o ritual da roda... para ele, a patrimonialização significaria uma sistematização e padronização de métodos e procedimentos, de forma semelhante ao que se faz nos esportes de alto rendimento. E explicita suas intenções: de codificar seus fundamentos para ensiná-los de forma escrita: “na atualidade não há como se preservar a Capoeira sem que nela sejam feitas intervenções culturais através de educação continuada a seus agentes de reprodução cultural” (p. 205), uma vez que “a tradição oral não tem mais condições de atender ao processo de reprodução cultural” (p. 88). Notem que não se trata de estudos que complementem a formação do capoeirista, mas de uma “substituição”, “modificando, porém, desta forma, seu mecanismo de reprodução cultural” (p. 88). Mostrando seu descolamento do universo da capoeira e da cultura negra, afirma que “atualmente, se tornou praticamente impossível a transmissão oral dos conhecimentos” (p. 109), chegando a dizer que “a tradição oral na Capoeira é praticamente inexistente ou nula em função das fragmentações culturais que a atingiram na atualidade” (p. 202). Ora, a cultura é viva, dinâmica, e reflete as vivências e o processo de organização social de um povo. O método de transmissão oral é um fundamento básico das tradições de matriz africana, e está vivo e forte, não apenas na capoeira, mas no candomblé e na cultura popular. O ensino de conteúdos através de um livro, sem a vivência real com um mestre, forma um grupo folclórico, não um grupo de capoeira ou cultura popular. Há um modo de ser, uma “essência”, que está em subjetividades, aprendizados que

são vividos sem explicação, pelo fazer, observar, repetir. Algo que o pensamento cartesiano, acadêmico, branco, colonialista, não consegue alcançar, mas que pretende dominar, escanteando os antigos mestres para tentar assumir, através de uma instituição burocrática, o controle do ensino.

A capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro em 2008, sendo inscrita em dois livros. O ofício dos mestres da capoeira foi inscrito no Livro dos Saberes, e a roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão. O dossiê de registro da capoeira não menciona nenhum argumento da tese, pelo simples motivo de ser uma negação da mesma. A tese fala em tombamento da capoeira, mostrando total ignorância em relação aos procedimentos do patrimônio imaterial. Afirma que cada grupo de capoeira seria um patrimônio diferente, que a oralidade está morta e que é preciso codificar e padronizar o ensino de capoeira em todo o Brasil. A salvaguarda trabalha com a diversidade de estilos e linhagens, entendendo que as diferenças e variações são características e riquezas de toda manifestação cultural popular. Também valoriza a oralidade como método tradicional de transmissão de conhecimento e os mestres como detentores e guardiões de saberes.

A construção da salvaguarda se iniciou em 2010, através do Programa Pró-Capoeira, e depois foi descentralizada, passando a acontecer em cada estado, conduzida pelas superintendências do IPHAN em parceria com a comunidade da capoeira. O autor da tese, diretor de uma entidade que se pretende representativa da capoeira, não participou de nenhuma reunião nem construção coletiva. Sendo assim, não se sustenta a versão de que teria de alguma forma contribuído para o registro da capoeira como patrimônio. Pelo contrário, se sua tese tivesse sido levada a sério, a capoeira não teria sido registrada. A salvaguarda da capoeira vem se consolidando graças ao trabalhos dos mestres e capoeiristas, legítimos detentores dessa herança ancestral, dessa dança-luta afro-brasileira de resistência. Cada vez mais pesquisas vêm sendo realizadas na área, contribuindo para ampliar o conhecimento de uma cultura que continua sendo transmitida pela oralidade, e ainda guarda seus segredos e mistérios, sua mandinga. Lê vamosibora!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana**. Salvador: EDUFBA, 2012.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **O mundo de pernas para o ar: a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 1997.

VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. **Da Capoeira como patrimônio cultural**. Tese de Doutorado. Ciências Sociais (Antropologia) - PUC / SP, 2004.

_____. **Capoeira - Matriz Cultural para uma educação física brasileira**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1997.

Links:

Dossiê Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf

O registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf

A verdadeira história da criação da luta regional bahiana do Mestre Bimba:

http://www.capoeirado brasil.com.br/liga_2.htm

Entrevista do professor Sergio Vieira ao programa Visão Jurídica da TV Guarulhos:

https://www.youtube.com/watch?v=j1GI7_7TzG8